

510301005590000000000000100100120010220154741

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 341-A, DE 1999

(apenso: PL nº 539, 1999)

Revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de excluir a hipótese de justa causa, para o empregado bancário, em caso de falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis.

Autor: Deputado JOÃO PAULO

Relator: Deputado MAURO BENEVIDES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 341, de 1999, propõe a revogação do art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que considera "justa causa, para efeito de rescisão de contrato de trabalho do empregado bancário, a falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis".

Foi apensado à proposição principal o Projeto de Lei nº 539, de 2000, do Deputado Ricardo Berzoini, de idêntico teor.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, por unanimidade, aprovou o Projeto de Lei nº 341/99 e rejeitou o Projeto de Lei nº 539/99.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas quaisquer emendas às proposições.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação manifestar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das propostas em tela.

Em relação ao Projeto de Lei nº 341-A, de 1999, estão obedecidas as normas constitucionais que nos cabe examinar, a saber:

- a) competência legislativa da União (art. 22, inciso I);
- b) atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48); e
- c) legitimidade da iniciativa concorrente (art. 61).

Quanto à técnica legislativa, inexiste qualquer óbice à sua aprovação.

A análise do Projeto de lei nº 539, de 1999, por sua vez, demonstra que, da mesma forma, foram obedecidas as normas constitucionais relativas à competência legislativa, atribuições do Congresso Nacional e legitimidade da iniciativa concorrente.

No que se refere à técnica legislativa, no entanto, há um inconveniente a ser superado. Trata-se da cláusula de revogação genérica, constante do art. 3º, que contraria o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo a qual "quando necessária a cláusula de

3

revogação, esta deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas". Para sanar essa irregularidade, estamos apresentando uma emenda suprimindo o referido art. 3º.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 341-A, de 1999, e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 539, de 1999, nos termos da emenda anexa.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado MAURO BENEVIDES Relator

100996.189

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 539, DE 1999

Revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre a demissão de bancário, por justa causa, caso falte de maneira contumaz ao pagamento de débitos legalmente exigíveis.

EMENDA Nº 01

Suprima-se o art. 3º do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado MAURO BENEVIDES

100996.189